

12ª Reunião do Comitê Técnico Combustível do Futuro	Data:	10/11/2021
	Horário:	14h30 às 16h00
Departamento de Biocombustíveis/SPG/MME	Local:	Videoconferência
PARTICIPANTES		
<p>Ministério de Minas e Energia Pietro Adamo Sampaio Mendes – DBIO (Titular) Fábio da Silva Vinhado – DBIO (Suplente) Daniel Reis Mendes – DBIO Danielle Lanchares Ornelas Eduardo Ferreira da Silva – DBIO Mariana Ferreira Carricone de Azevedo – DBIO Marlon Arraes Jardim – DBIO Renato Cabral Dias Dutra – DBIO Ronny Peixoto – DCDP</p> <p>Ministério do Meio Ambiente Edisienne de Souza Correia (Suplente) Luiz Gustavo Haisi Mandalho</p> <p>Ministério da Infraestrutura Jairo Rodrigues da Silva (Suplente)</p> <p>Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações Eduardo Soriano Lousada (Titular) Rafael Silva Menezes (Suplente) Gustavo Ramos</p> <p>Ministério do Desenvolvimento Regional Carolina Gonçalves Pinheiro (Titular)</p>	<p>Autoridade Marítima Brasileira Flávio Haruo Mathuyi (Titular)</p> <p>Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) Lorena Rocha da Costa Assunção (Suplente) Danielle Machado e Silva Conde Alex Rodrigues Brito de Medeiros</p> <p>Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) Darlan Silva dos Santos (Titular)</p> <p>Empresa de Pesquisa Energética (EPE) Angela Oliveira da Costa (Titular) Rachel Martins Henriques (Suplente)</p> <p>Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) Gilberto Werneck De Capistrano Filho (Titular)</p> <p>Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) Marcelo Lima Alves (Titular) Rodrigo Vivarelli (Suplente)</p> <p>Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) Artur Milanez</p>	
MEMÓRIA		
1. Abertura		
<p>Verificado o quórum de reunião, Fábio Vinhado (DBIO/SPG/MME), agradeceu a presença de todos e abriu os trabalhos passando aos itens da pauta. A reunião foi gravada.</p>		
2. Aprovação da Ata da 11ª Reunião CT-CF e apresentação proposta de prorrogação		
<p>Fábio Vinhado (MME) informou que o primeiro item da pauta seria a aprovação da ata da 11ª reunião, realizada em 10/11/2021. Questionou se algum participante teria algum comentário ou contribuição à ata. Não havendo comentários adicionais a ata foi considerada aprovada.</p> <p>Para o segundo item de pauta, apresentou uma proposta de prorrogação de prazo lembrando que o Art 6º da Resolução CNPE nº 7/2021 determina o prazo de até 180 dias para o CT-CF apresentar as medidas necessárias no âmbito do Programa Combustível do Futuro. Considerando que a nomeação dos representantes do CT-CF, Portaria de Pessoal nº 101/2021, foi publicada em 01/07/21, o prazo do Comitê finda em 01/01/22.</p> <p>Na sequência, passou a palavra a cada coordenador de subcomitê para que apresentassem o <i>status</i> dos trabalhos e as justificativas para solicitação da prorrogação do prazo.</p>		
3. Relato do Subcomitê Ciclo-Otto		
<p>Marlon Arraes (MME) informou que em relação aos GTs 1.1 (Integração Rota 2030 e RenovaBio), 1.2 (gCO₂eq/km) e 1.3 (Alinhamento Proconve e Rota 2030) a prorrogação será necessária pois ainda falta definir as seções da Nota Técnica e iniciar o desenvolvimento da minuta do PL do Rota 2030. Falta o direcionamento, por parte do Ministério</p>		

da Economia, para os próximos passos necessários. Marlon informou também que foi definida a coordenação da EPE em grupo da AEA para a definição da forma de comunicação da informação de intensidade de carbono nos combustíveis.

No caso do GT que trata sobre a especificação do Combustível do Futuro, as seções da Nota Técnica com as especificações de referência já foram definidas e já teve início o desenvolvimento do Relatório com avaliação de impactos e requisitos. Falta finalizar a revisão bibliográfica, que a AEA já está conduzindo, elaboração e consolidação do documento.

Quanto ao GT que trata da célula combustível a etanol, ainda não tem uma definição clara quanta a esta coordenação e nem de atividades. Desta forma, ainda falta definição das seções da Nota Técnica, elaboração e consolidação do Relatório de diretrizes e recomendações aos Subcomitê P,D&I.

Finalizando o relato, Marlon Arraes (MME) falou do GT para ampliação da produção de E2G onde o relatório com diretrizes já teve suas seções definidas e está sendo elaborado, além dos 3 workshops que foram realizados com participação do BNDES e do MME. A previsão é de que esse GT cumpra o prazo inicialmente previsto. Caso seja prorrogado o prazo dos trabalhos, o mesmo será utilizado para aprofundar os conhecimentos.

Gilberto Werneck (IBAMA) explicou sobre o GT de alinhamento Proconve e Rota 2030, com relação ao NMOG. O IBAMA possui alguns resultados para o encaminhamento da questão e propôs uma apresentação para os membros do subcomitê Ciclo-Otto para os próximos dias.

Em resposta à pergunta do Pietro Mendes (MME), Gilberto Werneck (IBAMA) informou que a Cetesb está participando de outro grupo temático do subcomitê Ciclo-Otto e se comprometeu a buscar informação com a Cetesb sobre a questão do E27, porque aparentemente eles já estavam fazendo o relatório.

Marlon Arraes (MME) ressaltou que foi informado que esse estudo já estaria pronto e faltava apenas uma formatação. Ressaltou a importância de retomar essa questão.

Gilberto Werneck (IBAMA) concluiu que o relatório do NMOG já estaria pronto e que o relatório do E27 iria cobrar da Cetesb essa pendência.

Pietro Mendes (MME) lembrou as primeiras reuniões onde se falou sobre a utilidade de se modificar do combustível de referência e que a Cetesb levantou vários argumentos técnicos contrários a se modificar o combustível de referência e se comprometeu a entregar os estudos em até 10 dias. Agradeceria se pudesse conversar com a Cetesb sobre essa questão.

4. Relato do Subcomitê ProBioCCS

Fábio Vinhado (MME) lembrou que são duas entregas previstas: Nota Técnica de AIR e Minuta de marco legal para CCS. Sobre a Nota Técnica, as seções já foram definidas, divididas entre os participantes e algumas delas já estão sendo elaboradas. Quanto ao marco legal, definiu-se pela necessidade de se elaborar um Projeto de Lei (PL) e que o grupo de pesquisa da USP enviou uma proposta de PL para armazenamento de CO₂, ponto de partida para o documento a ser entregue. Como justificativa para a prorrogação, uma das questões mais complicadas do subcomitê é a definição quanto às atribuições a serem dadas aos órgãos e essa questão ainda carece de mais discussão e do envolvimento de outras agências que possam ser afetadas, como a ANM que ainda não enviou representante para o subcomitê. Ademais, citou o GT Bloqueio Mineral Setor Energético conduzido no âmbito do MME que ainda não publicou a portaria de nomeação dos representantes, então não se sabe quando se iniciarão os trabalhos nem qual será o produto resultante. Para finalizar, ainda falta terminarmos de elaborar a minuta de PL.

Eduardo Soriano (MCTI) questionou o que seria esse GT bloqueio mineral setor energético.

Fábio Vinhado (MME) explicou que esse GT foi criado pelo MME objetivo avaliar situações onde possa haver sobreposição de atividades de diferentes setores e a ideia seria incluir a questão do CCS.

5. Relato do Subcomitê ProBioQAV

Renato Dutra (MME) ressaltou as entregas previstas: Nota Técnica de AIR, que levará em conta as discussões das reuniões, os estudos contratados pela GIZ, sendo que o estudo relativo ao 2º TR será concluído até janeiro 2022; as recomendações relacionadas ao SAF que serão encaminhadas ao Subcomitê de P,D&I; a minuta do marco legal de introdução ao SAF na matriz energética brasileira, sendo que essa minuta pode ser tanto própria como uma alteração de outras normas legais; conclusão da 2ª parte do estudo do TR 1 junto à GIZ; e a realização do Seminário de Financiamento em SAFs, sendo que esse seminário servirá de subsídio para a revisão de políticas internas no âmbito do BNDES. O que já tem pronto: 1ª parte do TR 1 e levantamento da revisão bibliográfica de estudos e das contribuições feitas pelos stakeholders e termos de implementação de política pública. Em torno dessa temática, foram definidos 5 grandes blocos:

- Mandato: obrigação legal de mistura

- Metas de descarbonização
- Incentivos tributários e fiscais
- Financiamento de projetos
- Certificação de qualidade e formação de rede laboratorial para essa certificação.

Como justificativas para a prorrogação do prazo estão as atividades que não finalizarão até dezembro, porém deverão estar finalizadas até o início do próximo ano. Seria a execução do 2º TR, onde a conclusão será incorporada na NT de AIR, se necessário as minutas de atos infralegais, pois podem ser necessárias regulamentações pós PLs, definição das metas de redução de emissão e evento nacional para apresentação dos resultados.

Comandante Mathuiy (Marinha) perguntou se a execução do TR citado seria finalização do estudo ou somente o TR. Renato Dutra (MME) explicou que seria a finalização do estudo e lembrou que houve um atraso na contratação e, por este motivo, a consultoria só conseguiria finalizar os estudos em janeiro.

Comandante Mathuiy (Marinha) comentou que seria interessante tentar expandir esse estudo do referido TR não só para o SAF, mas também para os combustíveis marítimos e se há possibilidade de fazer algum aditivo.

Renato Dutra (MME) explicou que a contratação já foi realizada e Eduardo Soriano (MCTI) informou que não dá para expandir para combustíveis marítimos, mas sugeriu que o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) pode apoiar nesse estudo, mas por causa do problema dos fundos setoriais, essa questão está incerta no momento. Mesmo que consiga contratar agora, o estudo só será realizado em 2022. Porém ressaltou que, mesmo que o estudo não seja finalizado dentro do prazo do CT-CF, é um estudo muito importante, que deverá ser realizado, até porque não há muita informação sistematizada disponível sobre o tema.

Renato Dutra (MME) reforçou que os estudos irão suportar tecnicamente as opções regulatórias que serão na AIR.

6. Relato do Subcomitê Combustíveis Marítimos

Comandante Mathuiy (Marinha) informou que a entrega prevista para o Subcomitê de Combustíveis Marítimos é um relatório com as diretrizes para desenvolvimento de uma estratégia nacional para os combustíveis marítimos do futuro. Já foi concluído o levantamento dos combustíveis promissores, que resultaram em 5 possibilidades, onde foi incluído também o hidrogênio verde.

A tendência é que o hidrogênio verde seja escolhido internacionalmente como um dos combustíveis do futuro, se não um combustível primário, transformado em amônia. Alguns gargalos já foram identificados, como por exemplo a baixa densidade energética e fontes de energias sustentáveis para sua geração. Foi feito também o levantamento dos fatos pertinentes para compor essa diretriz, onde a viabilidade técnica e potencial de alguns combustíveis terá que ser melhor avaliada, por isso a pergunta sobre a possibilidade de inclusão dos combustíveis marítimos juntamente com o TR celebrado no âmbito do Subcomitê ProBioQAV com a GIZ. Um dos motivos para solicitação de prorrogação do prazo seriam as discussões que irão acontecer na IMO na próxima reunião do Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marítimo sobre a revisão das metas de descarbonização do setor marítimo. Há uma pressão forte, liderado pela União Europeia, para que a meta de redução de GHG estabelecida para 2050 seja alterada de “pelo menos 50% das emissões total anual de GHG” para “zero emissão de GHG”. Tal mudança poderia trazer impactos na estratégia do uso de biocombustíveis no transporte marítimo. Foi levantada também a necessidade da realização de um estudo integrado para verificar a interação do uso dos biocombustíveis nos diversos setores (marítimo, aéreo e terrestre) e o impacto ou sinergia provocada em toda cadeia logística (produção, refino, armazenamento e distribuição). Foi mencionado, ainda, a necessidade de novas reuniões para alinhamento com os setores interessados. Citou que a tendência internacional é buscar a descarbonização total ou Net Zero. Reforçou a importância de se alinhar todas as possibilidades juntamente aos demais subcomitês que estão em andamento e desenvolvendo importantes estudos, para que os setores estejam alinhados e se tenha um direcionamento coerente com as outras estratégias pensadas nos outros subcomitês.

7. Relato do Subcomitê de P,D&I

Na sequência, Rafael Menezes (MCTI) fez um resumo sobre o andamento do subcomitê e os principais avanços obtidos até o momento.

Destacou os avanços obtidos até o momento, dentre os quais: i) Nota Informativa, em elaboração, que avalia possibilidade de uso dos recursos dos Termos de Ajuste e Conduta (TACs) de conteúdo local de E&P para projetos de P,D&I; ii) Minuta de Portaria MCTI que institui a Rede Brasileira de Bioquerosene para Aviação (RBQAV); iii) Mapeamento de oportunidades nos programas da FINEP, BNDES, EMBRAPPII e CNPq já existentes para os temas do Combustível do Futuro; iv) Elaboração de quatro cartas propostas, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico (FNDCT) para 2021 e 2022; v) Aprovação de duas chamadas públicas (subvenção FINEP e ICT's CNPq) e de duas encomendas, no valor de R\$ 71 milhões (ainda depende de orçamento no FNDCT).

Eduardo Soriano trouxe detalhes sobre os impactos do contingenciamento nos Fundos Setoriais e no CGEE.

As principais justificativas para a prorrogação são:

- Necessidade de avançar nas discussões com a ANP sobre a possibilidade de criação de programas prioritários e iniciativas no âmbito da Resolução CNPE n°02/2021;
- Possibilidade de retomar tratativas com o CGEE para a elaboração de estudo de interesse do Subcomitê de Combustíveis Marítimos;
- Necessidade de concluir proposta de uma resolução CNPE sobre uso dos recursos dos TAC's (a definir com o MME) e
- Possibilidade de avançar nas tratativas sobre novos programas com EMBRAPII e CNPq (ex: estruturação de Rede Embrapii para apoiar o Combustível do Futuro).

8. Discussão sobre a necessidade de prorrogação do prazo

Ao final dos relatos, foi colocada, para aprovação dos membros do CT-CF, a proposta de aprovação da prorrogação por 180 dias, do prazo para finalização do CT-CF e apresentação do relatório final, com proposição de medidas necessárias, inclusive ao aprimoramento do marco legal e regulatório.

Soriano questionou se há indicação do MME para alguns assuntos prioritários a serem entregues antes do novo prazo final.

Pietro Mendes (MME) esclareceu que as prioridades são entregas que dependam do legislativo ou que estejam travando avanços de investimentos, por não haver regulamentação, e citou o marco legal para querosene de aviação sustentável, devido também à urgência em função da tramitação, em regime de urgência 1873/2021, e o marco legal para CCS, pois já há empresa interessada em investir, mas não há regulamentação.

Como não houve oposição, a proposta de prorrogação foi considerada aprovada. O DBIO/MME dará andamento nos trâmites necessários à aprovação pelo Ministro.

9. Encerramento

Não havendo mais assuntos, Fábio Vinhado (MME) agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

PRÓXIMA REUNIÃO

24/11/2021

14:00 – 16:00

Pauta: Atualização do andamento dos trabalhos dos subcomitês.